

A esfera pública em Cuba na era da informação

Alexei Padilla Herrera

*Mestre em Comunicação Social pela UFMG
E-mail: alex6ph@gmail.com*

Este artigo aborda as características da esfera pública em Cuba. Explicamos como os processos consultivos convocados pelo governo cubano e a socialização do acesso à Internet tem favorecido o aparecimento de espaços que ampliam o debate público e contribuem para a visualização da pluralidade política presente na sociedade cubana contemporânea. Finalmente, argumentamos como o ciberespaço tem se tornado uma arena de contestação ideológica entre a mídia oficial e os veículos alternativos.

Palavras-chave: Esfera Pública; Socialismo; Internet; Cuba.

The public sphere in Cuba in the information age

This article proposes an approach on the characteristics of the public sphere in Cuba. We explain how the consultative process convened by the Cuban government and the socialization of the Internet has favored the emergence of spaces that broaden the public debate and contribute to the visibility of the political plurality existing in contemporary Cuban society. Finally, we argue how cyberspace has become an ideological challenge arena between the mainstream media and alternative media.

Key-words: Public sphere; Socialism; Internet; Cuba.

La esfera pública en Cuba en la era de la información

Este artículo describe las características de la esfera pública en Cuba. Explicamos cómo el proceso de consulta convocado por el gobierno y el acceso a Internet socialización cubano ha favorecido la aparición de espacios que amplíen el debate público y contribuyen a la pluralidad política de ver esto en la sociedad cubana contemporánea. Por último, se argumenta cómo el ciberespacio se ha convertido en una arena desafío ideológico entre los medios de comunicación y vehículos alternativos.

Palabras-clave: Esfera Pública; Socialismo; Internet; Cuba.

Os limites normativos da noção de esfera pública

Na proposta normativa de Habermas (1989, p. 231-236), a “esfera pública” é construída na troca argumentativa baseada na justificativa recíproca e constitui um domínio da nossa vida social no qual a opinião pública pode se conformar. A esfera pública tem como princípios: o livre acesso de todos os cidadãos, a inclusão social, a reciprocidade, a reflexividade, a paridade de status e a justificativa racional de argumentos. Uma porção dela se constitui nas conversações entre pessoas privadas reunidas em público. Os cidadãos atuam como público quando abordam os temas de interesse geral sob condições de igualdade sem serem coagidos. Essas condições garantem que os cidadãos possam se coordenar e se reunir livremente e, ao mesmo tempo, expressar e fazer públicas suas opiniões.

A esfera pública será política quando as discussões implicam as práticas do Estado. Segundo ele, nesses espaços de deliberação onde se abordam temas políticos, os sujeitos não exerceriam seus papéis sociais cotidianos nem se comportariam seguindo as regulamentações legais da burocracia estatal (Habermas, 1997). No modelo habermasiano de esfera pública está limitada a formação de opiniões.

Para Valdés (2015), nas condições atuais, se a esfera pública é apenas conversa, não consegue mudar a consciência social, não mexe nas relações de poder nem garante a procura do bem comum. Fraser (1999) considera que a formação da opinião pública pode servir de contrapeso das decisões e dos discursos que se produzem nas arenas deliberativas formais e que, às vezes, os argumentos das bases da sociedade conseguem se infiltrar nas decisões tomadas por governos e parlamentos.

Avritzer e Costa (2004, p. 722) também acreditam numa “esfera pública porosa e pulsante, temas, posições e argumentos trazidos pelos novos atores sociais encontrem formas institucionais de penetrar o Estado e, por essa via, democratizá-lo, tornando-o objeto de controle dos cidadãos”.

Outras das cobranças feitas por Fraser (1999), o modelo habermasiano foi ter negligenciado as outras esferas públicas que não são nem liberais nem burguesas, mas que representam a concorrência da primeira, pois conjuntamente à conformação do público burguês dominante, surgiram contra-públicos (camponeses, nacionalistas, mulheres de elite, proletários) concorrendo entre si. Diferentemente de Habermas, Fraser (1999) entende o espaço público como um conjunto de esferas públicas diferenciadas.

Marques (2008) afirma que em textos mais recentes Habermas admitiu a coexistência de diversas esferas públicas concorrentes e a necessidade de olhar para a dinâmica dos processos comunicativos que ficam fora dos espaços de discussão dominantes. Segundo essa perspectiva, a esfera pública é entendida como uma complexa rede formada por uma diversidade de foros de discussão, tanto nas instituições formais como em sua periferia, e que se articula por meio da atividade comunicativa, quando

diferentes públicos se agrupam em redes comunicativas organizadas, para debater temas de interesse comum, contrastar pontos de vista e assumir ou reafirmar posições.

Quando o público é muito amplo, a comunicação que configura a esfera pública pode ser mediada tecnologicamente. Na primeira etapa do pensamento habermasiano, as influências de Adorno e Horkheimer determinaram uma postura pessimista sobre o papel dos meios de comunicação. Já na década de 1990, Habermas reconheceu a complexidade da participação da mídia nos processos discursivos de legitimação e participação política (Maia, 2009). Mesmo que o filósofo alemão mantivesse sua postura acerca dos constrangimentos que limitam a produção de conteúdo na mídia, reconheceu que na esfera pública os meios de comunicação atuam como um “espaço limite e poroso entre os diferentes contextos que compõem o centro e a periferia do sistema político” (Marques, 2008, p. 24).

Habermas (2005, 2008) reafirma a centralidade dos meios de comunicação na esfera pública ressaltando o fato de que eles alimentam os fluxos comunicativos e deliberativos que a sustentam, elaborando, via mecanismos e estratégias próprios, articulações entre diferentes falas e construindo o que Habermas chama de opiniões publicadas. (Marques, 2008, p. 29)

Para mediar efetivamente as diferentes arenas e atores, os meios precisam ter autonomia diante dos poderes políticos e econômicos, e de mecanismos adequados que garantam a retroalimentação ou *feedback* entre atores e arenas. Contudo, o papel dos meios na configuração da esfera pública também precisa de um olhar crítico, pois não existe neutralidade durante a escolha de temas, perspectivas e vozes (Habermas, 2008). Os meios são instituições que funcionam sob os desígnios de um campo que controla e determina as condições de uso, coloca as regras e limita o acesso.

A noção de esfera pública resulta indispensável para teoria social crítica e a prática política democrática, entender os limites da democracia dentro do capitalismo existente e a construção de projetos democráticos alternativos (Fraser, 1999). Não obstante, a esfera pública burguesa é um fenômeno específico que não deve ser transferido para outras situações históricas (Killingsworth, 2012). Diante do caráter universal que alguns estudiosos adjudicam à teoria habermasiana, resulta importante lembrar que esfera pública é um conceito normativo e ideal do qual as sociedades realmente existentes se aproximam ou não (Chaguaceda, 2016, entrevista).

Para Chaguaceda (2011, p. 4) o conceito deve ser “ancorado” em contextos e sujeitos específicos, já que análise da esfera pública em espaços concretos evidencia os limites normativos dessa noção e da possibilidade de usá-la para entender “práticas emergentes”. De outro lado, não todas as esferas públicas reais são democráticas, pois as desigualdades culturais e materiais determinam a diferenciação entre os públicos e suas capacidades, onde relações de dependência e subalternidade são criadas, e acontecem ingerências do Estado.

Esferas públicas em Cuba

A construção de um referencial acerca da esfera pública em países socialistas é tarefa desafiadora e ainda inconclusa, pois resulta difícil encontrar um conceito totalmente original¹. Conforme Valdés Paz (2015) a escassez de produções teóricas autóctones sobre esfera pública, desde e para o socialismo estaria relacionada com que o conceito de esfera pública não foi nem tem sido incorporado à cultura política socialista e não faz parte da ideologia oficial devido, dentre outros fatores, aos dogmatismos que rejeitam todo termo ou ideia de origem liberal.

Durante a revisão da literatura percebemos que na produção acadêmica sobre a esfera pública em Cuba, predominam as pesquisas empíricas interessadas na descrição das esferas públicas realmente existentes em detrimento de estudos teóricos, dedicados a pensar o papel da esfera pública e a deliberação dentro de um sistema socialista hierárquico e verticalizado. Alguns pesquisadores (Guanche, 2013; Leyva; Somohano, 2007, 2008; Valdés Paz, 2009) têm contribuído modestamente no fomento de uma discussão de ordem teórica sobre a esfera pública no socialismo.

Seguindo a Fraser (1999), Leyva e Somohano (2008, p. 45) afirmam que a esfera pública em Cuba não deveria estar limitada à formação de opinião, mas ser um lugar de confronto entre atores sociais com possibilidades de transformar a política. O confronto “pode promover a participação ativa dos cidadãos para delimitar, resolver e avaliar os problemas circundantes”. Um novo sistema (o socialismo, em teoria, seria isso) precisa da reconfiguração da nação e da esfera pública, pois a reprodução da hegemonia socialista precisa da conformação dessa esfera de confrontação cidadã. O debate, a crítica e a confrontação entre diversos interesses e diferentes formas de entender o mundo são necessárias para a construção de um consenso ativo (Leyva; Somohano, 2007).

Guanche (2013, p.3) aposta pela constituição de uma esfera pública entendida “como um espaço social aberto à intervenção de seus múltiplos atores, que denuncia e corrige as assimetrias e desigualdades que fazem dessa ‘esfera pública’ um enclave privado dos poderosos”. Acrescenta que resulta imprescindível desenvolver políticas democráticas que empoderem setores sociais populares até estabelecer interações igualitárias numa esfera verdadeiramente pública.

Para Valdés Paz (2009)²:

La esfera pública del socialismo no es la imagen liberal de una ‘esfera comunicativa’, ni la neoliberal de ‘un espacio no estatal’, sino un espacio intercepto de todos los sistemas sociales, al cual todos tributan. En él se define y realiza el bien público y si bien es un espacio acotado por el orden jurídico vigente, sus poderes lo determinan la soberanía popular y la cultura (Valdés Paz, 2009, p. 212)

1. Dentre os autores (Rittersporn, Rolf E Behrends, 2003; Killingsworth, 2012) que pesquisam os fenômenos ligados ao público nos países do extinto bloco socialista, na ex-União Soviética e aqueles que fazem o mesmo em Cuba, existe um denominador comum: quase todos se apropriam das definições de Habermas (não do modelo) e das observações de seus críticos, para adaptá-las a contextos particulares

2. Documento reitor da atualização ou reforma do modelo econômico cubano, com o objetivo de garantir a continuidade do Socialismo, o desenvolvimento econômico do país e o aumento do nível de vida da população.

Leyva e Somohano (2007) apontam que dentre das mediações que até hoje atingem a configuração do espaço público em Cuba estão os limites das estruturas para canalizar e fomentar o debate, a impossibilidade da mídia para articular um discurso crítico, mas que ao mesmo tempo dialogue com o poder, bem como a presença de mentalidades que rejeitam a troca de ideias diversas e contraditórias. Domínguez (2012) afirma que a estrutura institucional cubana controla os espaços de formação de opinião e a mídia, dificultando que as opiniões alcancem setores mais amplos do público.

Chaguaceda (2016) caracteriza a atual esfera pública em Cuba como precária e fragmentada. A precariedade está dada pela própria constituição dessa esfera, suas bases argumentais, pelas condições materiais, pois a maioria dos espaços é formada por salas, algumas privadas, onde entram poucas pessoas. É fragmentada porque são espaços desconectados, já que há pessoas que não podem ir a certos espaços e em outros são impedidas de entrar. Ele defende a tese da “fragmentação induzida”, que implica um nível alto de autocensura. Em poucas palavras, os indivíduos que participam nas esferas públicas oficiais devem cumprir certas regras e evitarem estabelecer vínculos com atores que frequentam as esferas públicas consideradas críticas ou opositoras. Ao mesmo tempo, se limita a presença de pessoas “indesejadas” em espaços de discussão institucionalizados. Desse modo, se obstaculiza o fluxo entre as diferentes esferas públicas dos atores que decidem acatar as regras.

A mídia estatal, única de acesso massivo em Cuba, contribui para aprofundar essa fragmentação, fomentando a escassa visibilidade desses espaços de debate. Esses veículos (porta-vozes do Partido-Estado) se caracterizam pela escassez de conteúdos que representem a diversidade e pluralidade existente na sociedade cubana atual. Inclusive importantes discussões celebradas em outros espaços semi-oficiais, não são resenhadas pela mídia, apesar de que todos esses espaços são monitorizados pelas autoridades (Chaguaceda, 2016, entrevista).

Na última década (2006-2016) temos acompanhado a ampliação e dinamização do debate público em Cuba. Em 2007 o Presidente Raúl Castro iniciou uma série de consultas populares sobre temas fundamentalmente econômicos. Raúl reiterou a importância do debate público e da participação da população nas transformações econômicas e sociais que o país deveria iniciar (Castro, 2008). Grande parte das opiniões dos cidadãos foi incluída nas *Diretrizes da política econômica e social do Partido e a Revolução*². Segundo Alzugaray (2009), os pronunciamentos políticos de Raúl Castro se caracterizaram pelo constante apelo para aprofundar a democracia e o diálogo, o debate e a deliberação “como instrumento insubstituível para a criação de um consenso” (Alzugaray, 2009).

Contudo, permaneceram imutáveis as práticas políticas verticalizadas que fazem parte do modelo hierárquico, no qual, tanto a mobilização social como os processos

consultivos são convocados de cima para baixo com um objetivo: legitimar as propostas previamente elaboradas, mesmo que elas possam ser modificadas a partir das consultas aos dirigentes das organizações de massas e sociais ou diretamente com suas bases.

Atlas da esfera pública em Cuba

Nosso mapa da esfera pública em Cuba incluiria as esferas pública política oficial (a cultural/intelectual), a oposicionista (a esfera pública crítica alternativa tolerada) e a esfera pública diaspórica³.

A esfera pública política oficial (arenas deliberativas formais) estaria integrada pelo Partido Comunista, os organismos do Estado (Assembléia Nacional o Conselho de Estado) e do Governo. Em segundo lugar, a esfera pública oficial que abrange os espaços de reunião e as publicações das organizações de massas e sociais subordinadas ao Partido, as ONGs reconhecidas legalmente, os centros culturais, acadêmicos e de ensino, bem como a mídia estatal. Essa esfera também inclui outras formas de expressão como o cinema, a literatura, as artes plásticas, as artes cênicas e a música. Na esfera pública cultural/intelectual acontecem algumas das discussões mais aprofundadas sobre os problemas do país e, às vezes, aparecem focos de tensão com as autoridades. A maioria de seus integrantes está vinculada a instituições culturais ou acadêmicas que têm meios de comunicação próprios, principalmente correio eletrônico, e conseguem estabelecer redes para de alcance nacional e internacional.

De outro lado, encontra-se a esfera pública oposicionista, integrada por espaços promovidos por organizações e coletivos que advogam pela mudança do sistema político em Cuba⁴. A maioria dessas organizações expressa seus ideais, denúncias e divulgam as atividades por meio de Internet e da mídia internacional, pois não tem acesso à mídia nacional nem é autorizada a utilizar o espaço público para divulgar seus programas e propostas. Um dos espaços de debate mais mencionado é *Estado de SATS*⁵, coordenado pelos dissidentes Antônio Rodiles e Jorge Calaforra o domicílio do primeiro. O jornal digital independente *14 y medio*, criado e dirigido pela blogueira Yoani Sánchez, é outro projeto significativo.

A esfera pública alternativa tolerada está formada por espaços de debate com posicionamentos críticos, mas que reconhecem a legitimidade do sistema político socialista cubano. Dentre as iniciativas mais destacadas estão os projetos *Cuba Posible*⁶, *Periodismo de Barrio (Jornalismo de Bairro)*⁷, e *Red Protogónica Observatorio Crítico (OCC)*⁸.

As TIC na ampliação do espaço público em Cuba

Papacharissi (2002) diferencia os conceitos de espaço público e esfera pública. Para ela, um espaço virtual seria aquele que pode ampliar o debate, enquanto uma “esfera virtual” teria o potencial para ampliar a democracia (p. 11). A esfera

3. Embora não seja o foco desse artigo, mencionamos a esfera pública vai mais além dos limites do Estado nacional, e por causa da crescente participação de cubanos que moram fora da ilha em debates públicos (principalmente via Internet).

4. Trata-se de organizações espalhadas de defesa dos direitos humanos, a liberdade de presos políticos, jornalistas, jornalistas e economistas independentes, etc. Outras se identificam como partidos políticos e sindicatos independentes.

5. Consultar: Estado de SATS. Quiénes Somos. Disponível em: <<http://bit.ly/1K1Nw56>>. Acesso em: 22/01/2016.

6. Consultar: <<http://cubaposible.com>>. Acesso em: 22/01/2016.

7. Consultar: <<http://bit.ly/1VeXqAP>>. Acesso em: 22/01/2016.

8. O site de OCC está disponível em: <<http://observatoriocritico-cuba.org/>>. Acesso em: 22/01/2016.

virtual estaria integrada por diversas ciberesferas fragmentadas que compartilham um espaço público virtual comum. Mesmo que a rede mundial promova um foro para o debate político, “o conteúdo, a diversidade e o impacto da discussão política necessitam ser considerados com cuidado, antes de concluirmos se os discursos online aprimoram ou não a democracia” (p. 18). Já Bohman (2004) acredita que Internet poderia se constituir num espaço conversacional sempre que cumpra com as regras adjudicadas ao debate racional: que os participantes possam expressar suas opiniões e escutar os pontos de vista dos demais, o respeito pelas opiniões do próximo, assim como o compromisso com a liberdade e a igualdade entre todos os participantes.

Desde um olhar diferente, Maia (2008, p. 284) afirma que a Internet teria a capacidade de conformar esferas públicas de discussão quando determinadas condições (não somente as de ordem tecnológica) permitem o debate, a troca de argumentos contrapostos e justificação dos pontos de vistas dos participantes. A pesquisadora brasileira comemora as potencialidades de Internet para expandir o alcance dos “fóruns conversacionais”, mas reconhece o problema do acesso. Para ela, em termos ideais, “a aproximação das condições da universalidade ao discurso”, implicaria inclusão, sem barreiras, de todos os indivíduos e grupos potencialmente interessados na discussão de tópicos que os atingem ou que sejam de interesse coletivo.

Na sua análise do atual universo midiático, Lemos (2009) diferencia as mídias de massa ou de informação (a televisão, a rádio e Internet) das mídias de função pós-massiva (mídias ou redes sociais), as que, segundo ele, permitiriam a conversação pública e livre, como fase prévia à ação política. Pelo fato de serem mais conversacionais do que informacionais, as funções pós-massivas “podem resgatar algo da ação política, do debate, do convencimento e da persuasão” (p. 12). Assim, a hipótese do ciberespaço como uma esfera pública conversacional que ampliaria a participação política pode ser plausível (Lemos, 2009). Não obstante, uma “ação política efetiva” precisa da colaboração entre os envolvidos no processo comunicativo. Para que essa conversação possa ser considerada um debate, deve acontecer uma “troca de argumentos reflexivos” (Barbosa, 2011, p. 224).

Mais do que um repositório, a Internet tem conformado um verdadeiro ambiente virtual. No entanto, devemos nos perguntar se dentro desse universo virtual é possível encontrar ciberesferas que se aproximem ao ideal de esfera pública. Assim, afirmamos que as TIC não só podem complementar a função desempenhada pela mídia tradicional, mas também oferecem ferramentas capazes de fazer articulações entre espaços que promovem a conversação online e constituir uma rede de esferas públicas interconectadas no ambiente virtual.

A expressão da diversidade presente na sociedade civil de Cuba tem estado limitada, pois, até hoje, a mídia é dirigida pelo Departamento Ideológico do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba. Como dito, a omissão da mídia estatal aprofunda a frag-

mentação da esfera pública em Cuba. Grande parte dos cidadãos desconhece os temas abordados nas discussões políticas que acontecem em diferentes espaços de discussão.

Habermas (2008) reconheceu os méritos democráticos das trocas comunicativas que ocorrem por meio da Internet em regimes autoritários, pois elas podem desafiar a censura que tenta controlar e reprimir a opinião pública. Ainda que paulatina, a socialização das TIC em Cuba tem favorecido o aparecimento de novos sujeitos políticos e a visualização de outros que não tinham espaço na mídia tradicional. Assim, observa-se uma maior circulação de discursos gerados nas arenas comunicativas localizadas na periferia do sistema político. Esse acesso gradual dos cubanos à Internet vem diminuindo a eficácia do monopólio midiático estatal (Chaguaceda, 2011; Hoffman, 2011; Marreiro, 2014). Nos últimos anos, vem diversificando o acesso dos públicos à informação, se multiplicaram as vias formais e informais de circulação de notícias, proliferaram as redes sociais e uma blogosfera vigorosa, repartidas entre setores numerosos (Garcés, 2013). Díaz e Geoffray (2013 *apud* HENKEN; VOORT, 2014) afirmam que muitas vozes críticas que estavam isoladas, começaram usar as tecnologias da informação e a comunicação para superar os obstáculos e iniciaram a configuração de uma esfera pública mais ramificada e integrada.

Podemos afirmar que ao visibilizar os temas de interesse público que são discutidos em diferentes foros como aqueles propiciados pelas revistas *Temas*, e *Espacio Laical*, os veículos comunicativos disponíveis na Internet assumem o papel articulador que deveriam desempenhar os meios de comunicação dirigidos pelo Estado. Leyva y Somohano (2007, p. 7) afirmam que as TIC estimularam o surgimento de “áreas periféricas” dentro da esfera pública cubana que se constituíram como plataformas de discussão horizontal como possibilidade de derrubar as barreiras que configuram o espaço de confrontação da cidadania (Leyva; Somohano, 2007, p. 7).

Díaz (2014) aponta que o aparecimento de grupos na blogosfera de Cuba também traz à tona a presença de interesses compartilhados entre sujeitos sociais localizados em âmbitos profissionais e/ou pontos geográficos diversos. Fatores como a ampliação de conhecimento e o fortalecimento da capacidade de influência comunicativa e política, através da interação com o outro, tem motivado diversos atores a conformarem “alianças em rede, formalizadas por meio do aparecimento de comunidades de blogueiros como *“Cuba Blogs Club, Bloggers Cuba, Voces Cubanas, Red Protagónica Observatorio Crítico y Blogosfera Cuba”* (Díaz, 2014, p. 68, itálicas da autora).

Essas redes vão para além das fronteiras cubanas e permitem trocas comunicativas entre os cibercubanos e aqueles que vivem fora. Existem comunidades auto-constituídas como públicos, por via eletrônica, integradas por cubanos que vivem em diferentes países. Outros coletivos têm conseguido se articularem nessas redes que, além de lhes fornecer apoio material, introduzem novas forças que enriquecem a configuração atual da sociedade civil, atingindo a definição de sociedade civil socialista “sancionada por decreto” (Armony, 2003, p. 28).

A questão do acesso das pessoas às TIC e a influência real da discussão política no aprimoramento da democracia ocupa um lugar central na reflexão de Papacharissi (2002). A desconexão de uma importante parte da população – situação muito marcada em Cuba – conforma uma esfera pública eletrônica excludente e elitista. Portanto, os desconectados ficam à margem dos debates políticos que acontecem no espaço virtual.

Com tudo, o acesso à Internet ainda é muito limitado em Cuba. Segundo dados oficiais da *Oficina Nacional de Estadísticas e Información (ONEI)*, em 2013 só o 26% da população tinha acesso à Internet ou a uma rede local ou intranet que oferece serviço de correio eletrônico e a possibilidade dos usuários consultarem os sites hospedados em servidores nacionais (Díaz; M. González, 2015). A socialização da Internet em Cuba está condicionada pelas dificuldades econômicas derivadas do bloqueio/embargo dos Estados Unidos (que dificultam a compra de tecnologias e a conexão aos cabos operados por empresas estadunidenses que passam perto da Ilha), de outras questões ligadas à segurança nacional, receios sobre o potencial das TIC para a subversão e falta de uma política regulatória articulada (Recio, 2013).

Em 2015 foi um ano de mudanças significativas. Conforme dados divulgados pela Empresa de Telecomunicações de Cuba S.A. (ETECSA) em dezembro desse mesmo ano, já existiam mais de 700 espaços de acesso à Internet, dentro deles, 339 salas de navegação (DIARIO DE CUBA, 2016) e 35 zonas wifi em praças públicas de vários municípios do país (Guevara, 2015). Em janeiro de 2016 foi anunciada a abertura de mais 100 salas de navegação e 80 zonas wifi (Diario de Cuba, 2016). Em setembro de 2016, ETECSA tinha habilitado mais 135 zonas wifi. Em soma, existem 1 060 pontos de acesso à Internet no país todo (Guevara, 2016).

Embora defendamos as possibilidades das TIC para articular uma rede de esferas públicas no ambiente virtual, não podemos assegurar que todos os espaços conversacionais acessíveis da Internet cumpram com os requerimentos da esfera pública habermasiana ou que as opiniões expressadas ali sejam consideradas na tomada de decisões. Paracharissi (2002, p. 13) aponta que a Internet não garante o incremento da atividade política ou do discurso político iluminado, nem a conectividade propicia uma “esfera pública mais representativa e robusta”. Mesmo que as discussões políticas possam ser desenvolvidas no ambiente virtual, existem incertezas acerca das possibilidades desse novo cenário para torná-las mais democráticas ou se as trocas de argumentos serão capazes de influir no processo político.

Não obstante, em 2007 a chamada “*guerrinha dos e-mails*” – debate gerado logo após da apresentação na televisão nacional de ex-funcionários do governo, responsabilizada pela repressão e censura contra intelectuais e artistas na década de 1970 – demonstrou as possibilidades do correio eletrônico como ferramenta para a mobilização e coordenação da ação coletiva (Díaz, 2014). Segundo Leyva e Somohano (2007, p. 6), as trocas por e-mail entre os envolvidos na discussão teriam provocado “ações de transformação política”.

Díaz (2014) abordou as práticas cidadãs associadas ao uso das TIC e analisou como a ação conjunta nas redes de blogueiros, especialistas, ativistas e organizações defensoras da diversidade sexual e a identidade gênero, conseguiu modificar o voto favorável de Cuba a uma emenda⁹ apresentada por países onde a homossexualidade é considerada crime. O ativismo exercido, fundamentalmente no ambiente virtual, propiciou um encontro entre representantes da sociedade civil e do Ministério das Relações Exteriores, no qual foi decidida a modificação do voto.

De acordo com Marreiro (2014), existem indícios de que o mundo digital em Cuba está entrando em nova fase, na qual alguns dos jornais e/ou as revistas digitais que gozam de um discreto apoio do governo, estão tentando concorrer com os meios controlados pelo Estado numa disputa para ganhar leitores e se posicionar no mercado, tanto dentro quanto fora da Ilha. Sánchez (2016a) menciona o auge das mídias privadas na Internet e como elas ocupam os vazios deixados pela mídia oficial.

Nessa concorrência estariam envolvidos revistas como *Espacio Laical*¹⁰, *OnCuba*¹¹, *Cuba Posible*, projetos como *Periodismo de Barrio* e blogs como *Cartas desde Cuba*¹². Sem dúvidas, hoje a Internet é a arena dos mais importantes embates ideológicos entre apoiadores incondicionais do governo, críticos moderados e opositores. Nos últimos meses tem se intensificado a disputa discursiva entre defensores da mídia oficial e gestores e colaboradores de veículos alternativos que contestam as agendas midiáticas governistas.

Intelectuais oficiosos asseguram que essas iniciativas estariam vinculadas à estratégia estadunidense para derrubar a Revolução Cubana. Capote (2016) afirma que o uso de novas plataformas midiáticas e o aparecimento de sites, portais e revistas “aparentemente inofensivas” fazem parte de uma guerra cultural. Sánchez (2016b, tradução nossa) assegura que os “ideólogos imperiais” têm estruturado projetos que abrangem o âmbito cultural e acadêmico, o humor político e o jornalismo sensacionalista, o comunitário e literário. Segundo ele, a base ideológica de todos esses veículos é “o ataque às instituições, às organizações sociais e de massas e às suas lideranças”, além de exibir de forma mal-intencionada “as carências” que o bloqueio (embargo) norte-americano tem ocasionado ao povo cubano.

Em um editorial, o projeto *Periodismo de Barrio* afirmou que o surgimento de projetos independentes não significa uma negação do Estado, senão do absolutismo dele e demonstram “os limites das organizações sociais, políticas e midiáticas convencionais

9. Em 16 de novembro de 2010 Beni apresentou proposta de emenda na 3ª Comissão da Assembleia Geral da ONU. O texto objetivava eliminar a menção explícita da orientação sexual de uma resolução da própria Assembleia acerca de execuções extrajudiciárias.

10. Consultar: < <http://www.espaciolaical.net/>>. Acesso em: 22/01/2016.

11. Consultar: < <http://oncubamagazine.com/>>. Acesso em: 22/01/2016.

12. Consultar: < <http://cartasdesdecuba.com/>>. Acesso em: 22/01/2016.

para satisfazer as necessidades participativas e expressivas da sociedade cubana. O texto acrescenta que as iniciativas cidadãs que surgem à margem das institucionalidade estatal e dos espaços participativos autorizados pelo Estado não são uma ameaça, mas sintomas de uma sociedade que se emancipa, uma sociedade constituída por pessoas que pensam, sentem e criam livremente (Periodismo de Barrio, 2016, tradução nossa).

Os exemplos apresentados nos permitem constatar a ideia de Pierre Levy (2003) acerca de como o ciberespaço permite que a mídia de referência seja confrontada. Targino (2013, p. 206) reafirma a tese do ciberespaço como amplificador do espaço público e afirma que a “revolução ciber-democrática propicia a controvérsia e a pluralidade de opiniões [...], permitindo que cidadãos se expressem prol ou contra qualquer tema, sem a submissão editorial que caracteriza o universo jornalístico”.

Considerações

Apesar de se afastar das condições ideais descritas no modelo habermasiano de esfera pública, pesquisas demonstraram que o florescimento de espaços e veículos para a discussão política em regimes socialistas de viés soviético foi possível. Nessas nações junto à esfera pública oficial coexistiam outras esferas que promoviam discursos críticos e opositoristas. Em Cuba se reproduzem algumas das características da esfera pública observadas naqueles países.

As chamadas do presidente Raúl Castro para discutir as problemáticas do país têm contribuído, sob certos limites, para a ampliação do debate público em Cuba. O florescimento de microesferas públicas demonstra um maior dinamismo do espaço público.

A socialização do acesso à Internet não permite visibilizar novos atores e discursos, a articulação de redes alternativas, inclusive transnacionais, para a distribuição de informação e propiciar a discussão sobre temas de interesse público. No atual contexto, o ciberespaço é o centro dos debates que refletem a pluralidade da sociedade civil cubana e da concorrência entre a mídia governista e os veículos considerados alternativos. Mesmo que todas essas iniciativas não possam ser consideradas esferas públicas, é fato que a interação no ambiente digital tem contribuído para atingir a eficácia do monopólio informativo estatal e na conformação de uma esfera pública crítica e plural.

Referências

- BATHRICK, D. **The Powers of Speech: The Politics of Culture in the GDR**. Lincoln, NE: University of Nebraska Press, 1995.
- BOHMAN, J. **Expanding dialogue: the internet, the public sphere and prospects for transnational democracy**. *The Sociological Review*, vol. 52, n.1, p. 131-155.
- CAPOTE, R. **El blanco es la Revolución**. In: *La pupila insomne*, 26 set 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2dD9pbQ>>. Acesso em: 29/09/2016.
- CHAGUACEDA, A. **La campana vibrante**. *Intelectuales, esfera pública y poder en Cuba: balance y perspectivas de un trienio*. In: *Contracorriente*. Vol. 7, No. 3, Spring 2010a, p. 323-360.
- DIARIO DE CUBA. (2016). **ETECSA dice que abrirá otras cien salas de navegación por internet e instalará 80 puntos WiFi**. *Diario de Cuba*, 5 de febrero. Disponível em: <<http://bit.ly/1NHRHol>>. Acesso em: 29/04/2016.
- DÍAZ, E; GONZÁLEZ, M. **Internet en Cuba, un costoso y lento privilegio para pocos**. In: *Univisión*, 08/04/2015. Disponível em: <<http://bit.ly/24ramdj>>. Acesso em: 24/06/2015.
- DOMÍNGUEZ, R. **INTELLIGENTSIA : Acerca de la construcción de la realidad en blogs gestionados por intelectuales cubanos residentes en la Isla**. Tesis de licenciatura en periodismo. Facultad de Comunicación. Universidad de La Habana, 2012.
- GUANCHE, J.C. **Un «extraño suceso» y una «victoria normal»**. A propósito del documento «Cuba soñada–Cuba posible–Cuba futura: propuestas para nuestro porvenir inmediato». In: *Sin permiso*, 28/04/2013. *El futuro de Cuba a debate*. Dossier. Disponível em: <<http://bit.ly/1QFGOVg>>. Acesso em: 20/02/2016.
- GUEVARA, Y. (2015). **Wifi en el ambiente**. *Diario Juventud Rebelde*, 17 de junio. Disponível em: <<http://bit.ly/1XZdfNU>> Acesso em: 29/04/2016.
- GUEVARA, Y. **Cuba supera los mil puntos públicos de acceso a Internet**. In: *Juventud Rebelde*, 08 set 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2bWumCA>> Acesso em: 23/09/2016.
- HABERMAS, J. **Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica**. *Líbero Ano XI* n. 21, 2008, p. 9-22.
- HENKEN, T; VOORT, S van de. (2014). **From Cyberspace to Public Space? The Emergent Blogosphere and Cuban Civil Society**. BRENNER, P; JIMÉNEZ, M; KIRK, J; HOFFMAN, H. **The International Dimensions of Authoritarian Legitimation: the Impact of Regime Evolution**. In: GIGA WP, 182/2011. Hamburgo: GIGA German Institute of Global and Area Studies. Disponível em: <<http://bit.ly/1QhR83P>>. Acesso em: 02/12/2014.
- KILLINSWORTH. M. **Civil society in Communist Eastern Europe: opposition and dissent in totalitarian regimes**. United Kingdom, EPCR Press, 2012.
- LEMOS, A. **Nova esfera conversacional**. In: MARQUES, A. et al. *Esfera Pública*,

- redes e jornalismo. Rio de Janeiro: E-papers, 2009, p. 9-22.
- LÉVY, Pierre. **Ciber-democracia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.
- LEYVA, A; SOMEHANO, A. In medias RED...: **debate intelectual entre política y cultura**. Trabajo de Diploma para la obtención del título de Licenciado en Periodismo. Universidad de La Habana/ Facultad de Comunicación, 2007.
- MAIA, R. **Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximação às condições da deliberação**. In: GOMES, W; MAIA, R. Comunicação e democracia - Problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008, p. 284.
- MARQUES, A. **Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores**. Líbero, São Paulo, ano IX, n.21, pp. 23-36.
- MARREIRO, F. **Continuity and change in the Cuban media under Raúl Castro**. Reuters Institute for the Study of Journalism. University of Oxford. Disponível em: <<http://goo.gl/jDbU7n>>. Acesso em: 2/12/2014.
- NAVARRO, D. **In medias res publicas: sobre los intelectuales y la crítica social en la esfera pública cubana**. In: Revista del CESLA No 4, 2002. Disponível em: <<http://bit.ly/1UoCeL1>>. Acesso em: 11/03/2015.
- PAPACHARISSI, Z. **The virtual sphere: the Internet as a public sphere**. New Media & Society, Chicago, v. 4, n. 1, 2002, p. 9–27. Doi:10.1177/14614440222226244.
- PERIODISMO DE BARRIO. **Las contradicciones del periodismo cubano**. In: Periodismo de Barrio, 14 jul. 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2cNSaJg>>. Acesso em: 23/09/2016.
- RECIO, M. **La hora de los desconectados**. In: Crítica y emancipación. Año VI N° 11 Primer Semestre 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/8PjXUA>> Acesso em: 24/04/2015.
- RITTERSPORN, G.T; ROLF, M; BEHREND, J.C (eds.). **Sphären von Öffentlichkeit in Gesellschaften sowjetischen Typs/Public spheres in Soviet-type societies**. Francfort-sur-le-Main, Peter Lang, 2003.
- SÁNCHEZ, I. **Estado, pueblo y medios de comunicación: ¿nos entregamos?**. In: Granma, 31 jul. 2016a. Disponível em: <<http://bit.ly/2atzqcs>>. Acesso em: 29/09/2016.
- SÁNCHEZ, I. **Los verdaderos alternativos somos nosotros**. In: Granma, 13 set 2016b. Disponível em: <<http://bit.ly/2dF1tI5>>. Acesso em: 29/09/2016.
- SILBERMAN, M. **Problematizing the “Socialist Public Sphere”: Concepts and Consequences**. In: What Remains? East German Culture and the Postwar Public. Washington DC, 1997. Disponível em: < <http://bit.ly/1R5fydk> >. Acesso em: 11/01/2016.
- TARGINO, M. **Blogs como instrumentos de legitimação de lutas sociais em Cuba**. Informação & Informação, Londrina, v. 18, n. 3, p. 199 – 221, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/2dquGYz>>. Acesso em: 29/04/2016.
- VALDÉS, J. **El espacio y el límite**. La Habana: Instituto Cubano de Investigaciones Culturales Juan Marinello. Ruth Casa Editorial. 2009.